

CORREIO NACIONAL



Ação visa prestar auxílio humanitário

Marinha e BNDES apresentam projeto contra desastres

A Marinha e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentaram, na quinta, no Rio de Janeiro, o projeto piloto da Força de Resposta Imediata a Desastres Ambientais, criada para atuar em situações emergenciais, prestar auxílio humanitário e executar operações de resgate e logística em áreas atingidas por desastres naturais e ambientais. A tropa, concebida no âmbito do Corpo de Fuzileiros Navais, é uma força de pronto emprego, anfíbia e

expedicionária, com estrutura capaz de operar em missões complexas: desde o salvamento de populações isoladas até o apoio logístico em regiões de difícil acesso. “O Brasil vem se preparando para responder com eficiência e rapidez a eventos extremos que têm se tornado mais frequentes. A parceria com a Marinha reforça o compromisso do BNDES com o desenvolvimento sustentável e a proteção da vida”, destacou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Doação de US\$ 300 milhões

Instituições filantrópicas globais anunciaram na quinta a doação de US\$ 300 milhões para o Plano de Ação de Belém para a Saúde, lançado pelo governo brasileiro durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém. A iniciativa busca adaptar os sistemas

de saúde aos impactos causados pelo aquecimento. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o plano é uma estratégia global a ser adotada em todos os países que tenham interesse em se tornar signatários na forma de um compromisso de adaptar os seus sistemas de saúde.

Aplicativo do MEC

Os candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2025 que farão as provas de ciências da natureza e matemática no próximo domingo (16) podem contar com o aplicativo MEC Enem – o Simuladão do Enem, para revisar os conteúdos. O aplicativo (app) - lançado pelo Ministério da Edu-

cação (MEC) - visa apoiar estudantes na preparação para o Enem. O app do Simuladão do Enem está disponível nas lojas de aplicativos Apple Store e Google Play. Também pode ser acessado na internet. Os interessados precisam se conectar pela plataforma Gov.Br, com o CPF.

Gabarito do primeiro dia do Enem

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, na quinta-feira (13), os gabaritos oficiais das provas objetivas do primeiro dia do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2025, conforme os cadernos de provas dos candidatos. Na Seção Provas e Gabaritos,

o candidato deve clicar em 2025 para ter acesso aos cadernos de provas (azul, amarelo, branco, verde) e aos gabaritos de cada um deles. Também estão disponíveis os cadernos de provas com recursos de acessibilidade, como braile, Libras, com a fonte e imagens ampliadas e superampliadas.

MEC convoca lista de espera

O Ministério da Educação (MEC) começa a convocar nesta quinta-feira (13) os candidatos da lista de espera das vagas remanescentes do Fies, referente ao segundo semestre de 2025. O período de convocação vai até as 23h59 do dia 28 de novembro. O Fies é o programa fe-

deral que concede financiamento a estudantes de baixa renda de cursos de graduação, em instituições de educação superior privadas. Os candidatos da lista de espera deverão acompanhar o resultado de eventual pré-seleção por meio do site Fies Seleção.

Procuração eletrônica no Meu INSS

As pessoas que utilizam o Meu INSS serão as primeiras a utilizar a nova ferramenta de procuração eletrônica desenvolvida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A iniciativa visa ampliar

a acessibilidade, aumentar a segurança, proteger dados e facilitar o acesso aos serviços digitais da entidade. O usuário poderá utilizar essa funcionalidade para autorizar um representante a consultar os serviços digitais do INSS sem compartilhamento da senha.

Gestação é mais arriscada em áreas mais carentes

Fiocruz traz dados sobre gravidez e situação socioeconômica

O risco de um bebê morrer durante a gestação ou parto é até 68% maior em municípios com situação socioeconômica mais vulnerável.

Os dados são de uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em conjunto com a London School of Hygiene and Tropical Medicine, Universidade de São Paulo (USP) e Western University, no Canadá.

Além disso, os pesquisadores verificaram que ao longo de 18 anos, a taxa de natimortalidade ficou relativamente estável nas cidades com maior vulnerabilidade, apesar de ter caído naquelas com melhores condições.

O estudo analisou nascimentos no Brasil entre 2000 e 2018, com base em registros oficiais do Ministério da Saúde e relacionou ao Índice Brasileiro de Privação – que classifica os municípios em níveis de privação, considerando renda, escolaridade e condições de moradia.

Conforme artigo publicado na revista BMC Pregnancy and Childbirth, o objetivo foi verificar se o declínio nacional no risco de natimortalidade foi semelhante entre os municípios com diferentes níveis de privação para “identificar áreas que necessitam de maior apoio e desenvolver estratégias específicas



Risco do bebê morrer durante gestação ou parto é até 68% maior em municípios pobres

para diminuir a natimortalidade nessas regiões mais afetadas”.

Dados anteriores já mostravam que a taxa de natimortalidade, no Brasil, caiu 30,7% em 2019, na comparação com o ano 2000, passando de 10,1 a cada 1 mil nascimentos para 7, mas nenhum estudo tinha investigado de forma abrangente as diferenças internas, a nível municipal.

“Agora, as evidências mostram claramente que essa diferença existe e tem impacto real nas taxas de natimortalidade”, enfatiza a pesquisadora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde

da Fiocruz Bahia, Enny Paixão.

Em 2018, último ano com dados incluídos na análise, o Brasil registrou 28,6 casos de fetos que morreram após a 20ª semana de gestação, ou bebês que faleceram durante o parto.

Isso equivale a uma taxa de 9,6 natimortos a cada mil nascimentos. Mas essa mesma taxa cai para 7,5 nos municípios com melhores condições socioeconômicas e sobe para 11,8 nas cidades com maior nível de privação.

Os pesquisadores acreditam que melhorias gerais nas políticas de saúde e em outras áreas como educação e saneamento

básico podem explicar a diminuição da taxa média do país.

“Não está claro por que essas intervenções foram relativamente menos eficazes (...) nos municípios mais carentes”, diz Enny.

Uma das hipóteses é que esses municípios concentram maior proporção de populações rurais vivendo em áreas remotas, que precisam percorrer grandes distância para acessar serviços de saúde, especialmente os de maior complexidade.

A pesquisadora Enny Paixão reforça a contribuição de problemas característicos da desigualdade.

60% dos quilombos sofrem garimpo e invasões

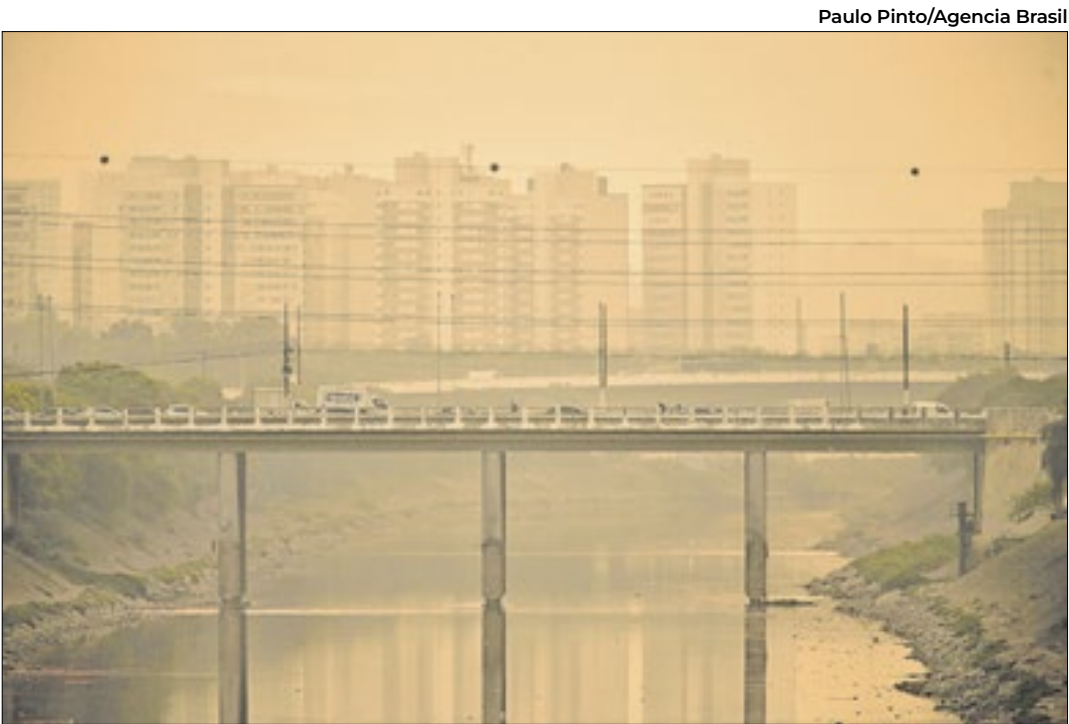
As invasões e o garimpo ilegal ocorrem em quase 60% das comunidades quilombolas brasileiras, segundo pesquisa inédita do Instituto Sumaúma, organização da sociedade civil sem fins lucrativos. O estudo foi lançado nesta quinta-feira (13), durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30).

Intitulado Corpos-territórios quilombolas e o fio conectado da ancestralidade: entre as agendas de justiça climática e as práticas culturais e comunicacionais, o estudo alerta para a sobreposição entre crises climáticas e violações de direitos humanos, que ameaçam os territórios e os modos de vida dessas comunidades. Mais da metade (54,7%) desses territórios já reporta secas extremas e 43,4% sofrem com a perda de suas plantações.

“Os dados provam o que as lideranças denunciavam há décadas: o racismo ambiental define quem recebe investimento e quem tem seu território invadido”, alerta Taís Oliveira, diretora do Instituto Sumaúma.

“Não haverá justiça climática enquanto o financiamento climático não adotar lentes antirracistas. Os quilombos não são apenas vítimas das mudanças climáticas, eles são detentores das soluções ancestrais de manejo e proteção que o Brasil precisa”, completa.

A pesquisa também mostra que 64,2% das lideranças quilombolas enfrentam barreiras para captar recursos devido ao racismo estrutural. A exclusão é agravada por falhas no ecossistema de filantropia e investimento social, que raramente prioriza projetos liderados por comunidades negras.



Texto apresentado em Belém foi articulado com grupo de países

Adaptação do SUS às mudanças climáticas

O Ministério da Saúde lançou na última quinta-feira (13), durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, o primeiro plano internacional de adaptação climática dedicado exclusivamente à saúde.

Segundo o titular da pasta, Alexandre Padilha, o documento apresenta ações concretas para que os países possam preparar os seus sistemas de resposta aos efeitos das mudanças climáticas na saúde das populações, especialmente as mais vulneráveis.

De acordo com Padilha, o Brasil liderou a construção do plano junto com outros quatro países que realizaram as últimas cinco COPs: Reino Unido, Egito, Azerbaijão e Emirados Árabes, o chamado grupo de Baku.

“Nós apresentamos a primeira formulação desse plano em maio, na reunião da Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em Genebra. E, de lá para cá, foram feitas consultas públicas,

reuniões temáticas e colaborações. Então, a expectativa é que dezenas de países anunciem formalmente o compromisso de implementar esse plano de ação nos seus países também”, destacou em entrevista à Agência Brasil.

Na avaliação da pasta, eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, estão cada vez mais frequentes e têm sido um desafio crescente para os sistemas de saúde.

O aumento das temperaturas também impacta na proliferação de doenças, como a dengue, e na mortalidade por calor extremo ou outras doenças relacionadas à qualidade do ar, como as doenças respiratórias. Há ainda fatores relacionados ao aumento da desigualdade e redução da qualidade de vida.

O plano internacional de adaptação climática dos sistemas de saúde será lançado durante o dia oficial da saúde da COP, em uma reunião na Zona Azul, a área oficial de negociações da conferência, como parte de uma agenda

da presidência brasileira no evento. A adesão, segundo Padilha, é voluntária, mas o Ministério da Saúde vai seguir pautando o assunto em fóruns internacionais.

“A nossa expectativa é que as resoluções finais da COP coloquem a saúde como tema central. A integração saúde e clima é um tema central do enfrentamento das mudanças climáticas. Nós estamos dizendo que é a saúde é a principal face, a face mais crítica, que pode inclusive a adaptação de sistemas ajudar a mobilizar a sociedade”, afirmou.

Um exemplo de aplicação desse novo plano pode ser dar na reconstrução dos serviços de saúde de Rio Bonito do Iguaçu, cidade do Paraná devastada por um tornado no último fim de semana.

“Nós já tomamos essa decisão, vai ser um demonstrativo desse plano de adaptação reconstruir as unidades de saúde lá [Rio Bonito do Iguaçu] com característica que a gente está chamando de unidade de saúde resiliente”, explicou.